

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

A guerra da Vale

• Sexta-feira, o juiz da 6ª Vara da Justiça Federal de São Paulo concedeu liminar a um pedido de mandato de segurança contra a venda da Vale. Eram oito os autores, capitaneados por Celso Bandeira de Melo, um dos mais reputados especialistas em direito administrativo do país. No Rio, o constitucionalista Marcelo Cerqueira entrou com diversas ações semelhantes na Justiça Federal. Não são profissionais de assinar petições sem fundamento.

O BNDES, responsável pelo leilão marcado para esta manhã, preparou-se para a batalha judicial. Tem 120 advogados de plantão, com os pedidos de revogação de liminares já redigidos, prontos a se deslocarem em jatinhos alugados a qualquer ponto do país onde um juiz singular conceda uma ordem de suspensão da megaoperação que montou ao longo de mais de uma ano. Separou 650 milhões para financiar a sua defesa.

Fica o suspense. Na hipótese de adiamento do leilão agora, os contendores já terão os seus argumentos conhecidos. A publicidade facilita as decisões dos juízes.

O ministro Antônio Kandir garante que o bloco de ações controlador da Vale será vendido antes do Dia das Mães. É provável que esteja certo, dada a dificuldade para os tribunais de impedir que o proprietário de um bem, no caso o Governo, dono das ações, dele se desfaça. O direito à propriedade privada é o fundamento do capitalismo.

Domingo, os militantes que se opõem à venda da Vale organizaram uma manifestação em frente ao Copacabana Palace. Hoje, estarão concentrados em frente à Assembléia Legislativa, debaixo da estátua de Tiradentes, para protestar.

A campanha contra a venda da Vale do Rio Doce não conseguiu motivar as massas como, no passado, a campanha do "Petróleo é nosso". Há várias explicações para este fracasso: o passar do tempo; o fato de os minérios serem, para a população, riquezas mais abstratas que a energia petrolífera; a diversidade dos militantes da causa, que junta velhos lutadores pela democracia com os seus algozes militares; a idade avançada de muitos dos adversários mais conhecidos da venda, incapazes de motivar os jovens; a contínua popularidade do Governo que promove o negócio; e, finalmente, a disparidade dos recursos de publicidade empregados na defesa e no ataque ao projeto.

Há, ainda, a escassa divulgação dos argumentos contrários à venda da Vale. São eles tão díspares quanto os combatentes da causa. Veríssimo, o flagelo de Efe Agá, usa um argumento singelo: é incoerente os liberais apontarem o Chile de Pinochet como um exemplo para o Brasil e escamotearem o fato de Pinochet se ter recusado a privatizar as minas de cobre, cuja receita é, em parte, destinada a financiar a compra de equipamento militar para as Forças Armadas do país.

César Benjamim, um dos intelectuais do PT fluminense, levantou um argumento legal em janeiro, quando preparou um dossiê sobre o negócio, juntamente com o jornalista Ricardo Bueno.

A partir de publicações da revista "Euromoney" é de informações que colheu em Johannesburgo, César verificou que

a Merrill Lynch comprara, em novembro, a maior corretora da Bolsa de Valores da África do Sul, em cujos negócios o peso das ações da mineradora Anglo American, a maior produtora de ouro do mundo, é de 60%. No mesmo mês, a Merrill Lynch ganhou, no Brasil, a concorrência para a avaliação e a modelagem da privatização da Vale, também grande e crescente produtora de ouro, apresentando um preço de corretagem tão baixo, 1,91% do negócio, que o repórter da "Euromoney" intitulou o seu artigo "Será que a Merrill Lynch pediu pouco demais?"

A avaliação feita pela Merrill Lynch foi considerada gritantemente baixa, o que favoreceria os futuros compradores, dentre os quais a Anglo American é um dos mais fortes. Em um caso, pelo menos, a avaliação foi tão irrisória que o próprio BNDES mandou corrigi-la. As jazidas de ouro da Serra Leste foram inicialmente avaliadas em dez milhões, passando depois para cem milhões de dólares. Como uma avaliadora tida como séria dá uma cambalhota dessas, jamais foi explicado a contento.

César Benjamin conclui que "eventuais prejuízos na ponta vendedora da CVRD seriam largamente compensados pelos lucros da ponta compradora. Operação perfeita, não fosse o pequeno detalhe de ser "ilegal". O autor refere-se à lei das licitações, que proíbe a presença simultânea de uma mesma empresa nas pontas vendedora e compradora.

O ex-deputado Aluísio Mercadante, economista oficial do PT, ressalta que no dia da publicação do edital para a avaliação, o preço das ações da Vale nas bolsas de valores era de US\$ 32. Prossegue: "As ações que serão ofertadas, que asseguram o controle da empresa, deveriam ter um ágio extra em relação às ações da Bolsa, mas serão colocadas pelo preço mínimo de US\$ 26,67. Isto é: o controle será ofertado por 20% a menos do valor das ações no dia do edital. Supondo um ágio otimista de 30% no leilão, bastaria desembolsar cerca de 1,6 bilhão para controlar todo o complexo Vale. Isto quer dizer que as duas empresas que controlarem metade mais uma das ações de cada um dos blocos vencem o leilão. O controle da Vale será entregue, de fato, por cerca de 800 milhões. Foi quase este o lucro da empresa em 1996."

Há outros argumentos, como o de José Sarney, que ressalta a importância de preservar o papel de indutora do desenvolvimento da Vale nos nove estados onde atua. Mas, por serem subjetivos, não se prestam a quantificações.

As batalhas políticas e de opinião pública já foram travadas. Agora, a guerra é jurídica. Para os opositores, hoje é o dia do tudo ou nada. O Governo, vendedor, tem mais chão pela frente.

09/04/97 4